

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

RUA JÚLIO DE ANDRADE, 6 - LISBOA

BOLETIM

DE

FILOLOGIA

TÔMO VI - FASCÍCULOS 3-4



1940

IMPRESA NACIONAL DE LISBOA

Nestas palavras estorcei-me por ser objectivo. Julgo que o consegui. A. J. Saraiva, como eu, está no princípio da vida. Temos muito a aprender, mas a estrada está diante de nós cheia de pedregulhos e é preciso ter os olhos bem abertos e forças para a percorrer. O esforço a dispender deve ser enorme, mas a coragem calma e a confiança em si devem-nos auxiliar, e bastante. Esta confiança própria só deve ser alcançada depois de um exame próprio seguro e imparcial, por onde se possam analisar serenamente as qualidades com que se conta. Um mau exame, ou deixarmo-nos arrastar pelas palavras do primeiro que nos apareça, pode, pelo menos, dar em resultado uma queda logo na primeira pedra da tal estrada.

Às vezes é preferível não nos dizerem as tais palavras vindas ou da amizade enganadora ou da louvaminha servil.

Os melhores estímulos são ainda os maus ambientes, as dificuldades e até o desprezo dos outros.

Não se julgue também que é muito fácil escrever sobre Filologia. Custa muito e muito, sobretudo a quem a quer estudar com proveito e seriedade, porque de maneira diferente não merece a pena trabalhar. E não merece a pena no interesse dos outros e do nosso, porque quem não trabalha como deve, terá sempre quem o descubra, custe o que custar e mascare-se melhor ou pior a falta de consistência doutrinária.

Somos novos. Devemo-nos entre-ajudar, porque amanhã o mundo é nosso, mas para que êle seja melhor, é necessário entendermo-nos desde já. Foi essa uma das razões porque escrevi estas linhas.

Há um bom exemplo na nossa geração estudiosa para o qual nós todos devemos olhar como um símbolo de trabalho e principalmente do *honesto estudo*, aquele *honesto estudo* que deve ser a base de tudo o que se escreve: o de Vasco Botelho de Amaral.

Refiro-me neste *Boletim* a uma obra sua que é um monumento indiscutível e a sua principal qualidade está na seriedade e na ausência de pretensões.

Maio de 1940.

JOSÉ PEDRO MACHADO

ISMAEL DE LIMA COUTINHO. *Pontos de Gramática Histórica*. Companhia Editora Nacional. — S. Paulo. 1938.

De há muito que se faz sentir a falta de um trabalho em língua portuguesa onde, além dos assuntos relacionados com a gramática histórica, se trate também dos da lingüística geral.

Essa falta ainda mais é para lastimar se pensarmos num *manual* onde os principiantes se possam familiarizar, embora levemente, com os grandes nomes, com os grandes problemas.

Julgo que foi de certo modo para suprimir essa lacuna que o prof. Coutinho publicou o presente trabalho, que também é o resultado das lições por êle professadas nos estabelecimentos de ensino onde exerceu a sua actividade.

«Nasceu êle de simples notas manuscritas, rubricadas ao sabor do programa oficial, sem ordem nem ligação».

Êste trabalho já granjeou alguma popularidade entre os estudantes portugueses. Ainda bem, porque o merece.

Essa popularidade mostra como há muito a esperar do género, que aparece já algo desenvolvido nesta obra.

Oxalá que alguém olhe com carinho para êle.

Oxalá também que os mestres saibam auxiliar os estudantes no seu caminho para a compreensão e concatenação de muitas idéias que andam no ar e que nem todos as apresentam, uns por as ignorarem, outros por partidarismo que muito cheira a século XVIII.

Oxalá!

Como é natural, a obra do prof. Coutinho tem passos com os quais não estou em acôrdo absoluto.

Vou passar a examinar alguns.

§ 10. — «Pânini, desde o século IV antes da Era Cristã, traça, com admirável precisão, as principais regras fonéticas e gramaticais dessa língua (o sânscrito), servindo o seu trabalho de ponto inicial para toda uma literatura de comentários aos velhos textos indianos».

O A. parece querer dizer nestas palavras que Pânini foi o iniciador duma escola de filólogos.

Não sei onde se baseou neste passo, mas parece-me que a sua doutrina não concorda com a de outros autores, como, por exemplo, L. Bloomfield, que, ao contrário do prof. Coutinho, afirma que «generations of such labor must have preceded the writing of the oldest treatise that has come down to us, the grammar of Pāṇini. This grammar, which dates from somewhere round 350 to 250 B. C., is one of the greatest monuments of human intelligence»¹.

A *Enciclopédia Espusa* diz muito prudentemente que Pânini (s. v.) era o autor da primeira obra gramatical que se conhece sobre o idioma árico clássico dos antigos índios.

§ 14. — Parece-me que o A. não é suficientemente claro sobre a língua sanscrita: «Em 1606, o missionário Roberto de Nóbili aporta à Índia e, desde logo se entrega, anos seguidos, ao estudo das línguas locais, notadamente do sânscrito».

Ora o sânscrito já era uma língua morta nessa época. «Por sânscrito entende-se: rigorosamente, a língua em que estão escritos os textos clássicos da literatura árica da Índia antiga bramânica; e latamente, a língua em que estão escritos estes textos e os arcaicos da mesma literatura árica», segundo a opinião autorizada de Vasconcelos-Abreu².

O que os missionários ouviam eram as tais «línguas locais», mais ou menos aparentadas com a dos Vedas.

Note-se até que no § 41 o A. considera (e bem) o sânscrito como pertencente ao ramo *velho* do grupo índio-asiático do indo-europeu.

Vem muito a propósito no final dêste parágrafo a citação do passo de William Jones sobre a existência de uma hipotética língua que precedeu o sânscrito, o grego e o latim.

Parecia-me talvez conveniente dizer que os primeiros estudiosos chegaram a identificar o sânscrito com o próprio indo-europeu. A diferença ficava assim bem vineada, e isso parecia-me muito vantajoso porque há também tendência entre os principiantes para as confundir.

¹ *Language*, 1935, p. 11.

² *Sanscritologia e seu valor*, p. 8.

§ 48.—«Uma língua só conserva o seu aspecto uniforme enquanto é falada por um pequeno agrupamento humano. É que, neste caso, as influências são as mesmas; as comunicações entre as pessoas, mais íntimas e constantes; os interesses idênticos, etc.».

Estas palavras devem ser entendidas em termos hábeis e se não veja-se o seguinte caso: em certas populações selvagens de há muito que se observa a existência de línguas especiais com uso corrente ao lado das vulgares. Convém observar que estas são faladas por «pequenos agrupamentos humanos» e ainda que «as influências são as mesmas; as comunicações entre as pessoas, mais íntimas e constantes; os interesses idênticos».

Um dos aspectos dessa especialização vocabular é o religioso¹. Outro é o que resulta da diferença de sexos ou de graus sociais. Assim «entre os caraíbas, por exemplo, os homens falam caraíba, mas as mulheres falam aravaque... Entre os naturais de Java, o superior fala ao seu inferior em língua ngoko, mas o inferior responde em língua cromó»².

§ 52.—O «fenício teria desaparecido completamente se não fôra de novo introduzido por outro povo da mesma raça e língua—o cartaginês».

O cartaginês (melhor seria o púnico) não é exactamente o mesmo que o fenício; o seu fundo principal seria na realidade êsse, mas estava cheio de formas de outras origens, como, por exemplo, líbicas.

§ 53.—«A última notícia acêrea da existência das línguas indígenas da Península é-nos transmitida por Tácito, nos seus preciosos *Anais*. Narra êste historiador que, no século I depois de Cristo, certo camponês da Tarraconense, acusado da morte de um pretor, respondeu na língua própria, recusando-se confessar os seus cúmplices...».

Êste passo (para melhor informação do estudioso) devia trazer uma remissa para êste outro: «O processo de arcaização dos termos é assim explicado por Darmesteter: «Uma geração de homens, num dado momento, começa a abandonar tal palavra, representando por outra a ideia que ela designa; a geração seguinte conhecê-la-á ainda menos, e virá um instante em que ela só será conhecida dos velhos, que dentro em pouco a levarão consigo para o túmulo...», no § 141, (p. 95).

No § 161 (p. 109) ocorre ainda outro, que me parece afim: «A tenaz infiltração de elementos eslavos e venezianos na Dalmácia acarretou a morte do dalmático, que se falou até ao século passado. Com o velhoto Udina, falecido em 1898, desapareceu para sempre êsse rebento da latinidade».

Neste último nota-se que o A. seguiu muito de perto as palavras de Meyer-Lübke na *Einführung in das Studium der Romanischen Sprachwissenschaft*³.

«Nous connaissons d'autres langues auxquelles pareil sort est arrivé. Le sorabe ou wende, dialecte slave, est aujourd'hui parlé dans le Spreewald (Lusace); mais son frère, le polabe, que l'on parlait sur le cours inférieur de l'Elbe, est mort au XVIII^e siècle. Du prussien, dialecte baltique, qui vivait encore sur la côte entre Dantzic et Königsberg à la fin du XVI^e siècle, il n'y a plus aucune

¹ Vendryes, *Le Langage*, p. 301.

² Idem, *ibidem*, p. 302.

³ § 12, p. 11 da 2.^a ed. (1909); § 11, pp. 34-35 da versão espanhola de Américo de Castro (2.^a ed., 1926).

trace aujourd'hui. En Angleterre, le cornique, dialecte celtique, qui devait au moyen âge occuper toute la péninsule du Cornwall, y compris le Devon actuel, et rejoindre au delà du canal de Bristol le domaine gallois, a aujourd'hui disparu. Celle qui passe pour avoir parlé cornique la dernière, une nommée Dolly Pentreath, s'est éteinte le 26 décembre 1777 à Saint-Paul, près Penzance, âgée de cent deux ans. On a toutefois recueilli en plein xix^e siècle des lambeaux de prières, des jurons, des bouts de phrases en cornique sur les lèvres des paysans; en 1875, il y avait encore au Cornwall des vieillards qui comptaient en cornique jusqu'à 20»¹.

§ 55.—«... não se deu o congraçamento dos vencidos (cristãos) com os vencedores (árabes), porque os extremavam factores de ordem étnica, moral e social, como a raça, a religião, os costumes, etc.».

Isto só é certo parcialmente. Lembremo-nos dos *moçárabes* e dos *mudéjares*.

§ 82.—«Começando... o sufixo por vogal, opera-se a queda da vogal final do radical, se é átona, ou permanece, se é tónica, aparecendo então entre o radical e o sufixo uma consoante intermediária, chamada *infixo*, para desfazer o hiato, a qual é geralmente representada por *z*: *livr-aria*, *bel-eza*, *branc-ura*, *relv-oso*, *barc-aça*; *pé-z-inho*, *café-z-al*».

O A. esqueceu casos como *homenzarrão*.

§ 112.—«Muitas palavras estrangeiras aparentam em português forma simples, quando na língua originária são compostas».

Também há exemplos em palavras de origem latina: *miona*², *enteado*, *cadaia*.

§ 3.—A palavra portuguesa *julepo* deriva na realidade do persa *gulab*, mas não directamente. Foram os árabes que a trouxeram para o Ocidente. Como é de regra, o *g* brando do indo-europeu deu *j* na língua arábica; é só pela intervenção desta que pode explicar satisfatoriamente a evolução do *g* em *j* das formas europeias (port. *julepo*, esp. *julepe*, fr. *julep*, it. *giulebbe*).

Note-se que no § 127 o A. já diz que a palavra *julepo* é uma das que os árabes trouxeram importadas de outras línguas.

§ 127.—«A influência da língua árabe sobre o latim da península...».

Na época da invasão árabe (século viii) já não se falava latim, mas sim o romanceo.

«A única particularidade que apresentam as palavras árabes em português é a transformação do *h* em *f*, como provam os exemplos: *atahona* (atafona), *almihaca* (almofaca), *rehen* (refém), *azahame* (azáfama), *Mahomede* (Mafamede). No mais, sofreram as mesmas modificações que os vocábulos latinos».

1.º Note-se que em árabe não há só um fonema aspirado; há três, e todos êles geraram no período arcaico da nossa língua *f*. São êles o \dot{c} , o \dot{c} e o \dot{c} . Cf. a propósito A. R. Gonçalves Viana, *Deux Faits de Phonologie Historique Portugaise*³.

2.º Essa evolução não é a única na fonética luso-arábica. Há mais alguns fonemas que não «sofreram as mesmas modificações que os vocábulos latinos». Cf., por exemplo: o \dot{c} > *ç* (*açorda*); o \dot{c} > *g* (*almogama*), etc.

¹ Vendryes, *Langage*, p. 338.

² *Boletim de Filologia*, v, p. 368.

³ Mémoire présentée à la 10^{ème} Session du Congrès International des Orientalistes. Lisboa, 1892.

Além disso, ocorre ainda a circunstância de a língua arábica possuir mais alguns fonemas que eram completamente desconhecidos da latina (خ, ذ, ب, ص, etc.).

3.º Como o nome do profeta em árabe é مُحَمَّدٌ, a transcrição tem dois *mm*; deve ser portanto *Muhammad*.

4.º A forma vernácula dessa palavra é *Mafoma*. *Mafamede* pode ser uma de duas:

a) Forma proparoxítona (*Mafâmede*) correspondente á arábica acima citado. É vulgar nos nossos antigos textos. É um antropónimo que, embora tivesse a mesma origem que *Mafoma*, não se confundiu com êste, porque designava um nome muito vulgar de indivíduo que se continuou a ouvir pronunciar na língua originária bastas vezes através dos tempos, ao contrário do outro, que dizia respeito só ao profeta.

Êste entrou, pois, cedo; o outro entrou não sei quando, mas teve sempre sôbre si a influência da aravia.

b) Forma paroxítona (*Mafamêde*) trazida do Oriente e vulgar nos quinhentistas.

5.º Não conheço a preposição *fata* (até) que «no antigo português era corrente». Conheço *atá* e *fasta* (hoje dialectal; cf. o esp. *hasta*), que na realidade tem a sua origem no ár. حَتَّى (*hattā*).

§ 131.—«... vocábulos asiáticos que se incorporam no léxico português...»:

1.º *Sânserito*. *Açúcar* foi trazido para o português pelo árabe; êste é que o recebeu da Índia.

5.º *Persa*. *Azul* também não entrou directamente dessa língua no português. Julgo que foi por intermédio do francês ou italiano.

Limão é árabe.

§ 139.—*Algoz*, *gaita*, *lucio* e *paxá* ou *baxá* não são de origem turca. O primeiro e o segundo são de origem arábica; o terceiro veio-nos pelo francês. *Paxá* ou *baxá* são respectivamente formas correspondentes à pérsica (donde a turca) e à arábica.

§ 146.—*Adur* significava em geral *diffícilmente*. *Ende*, além de *daí*, também, tinha a idéia de *por isso*. *Toste* era igualmente *depressa*.

§ 161.—Na enumeração das línguas românicas falta o catalão.

§ 177.—Ao apresentar uma lista onde pretende demonstrar que «nem sempre empregamos (os brasileiros, claro está) as mesmas palavras que os portugueses» não faz mais do que reproduzir em cêrca de três quartos dos exemplos citados o que Renato de Mendonça apresentou em *O Português do Brasil*¹.

Reproduz por isso alguns casos onde a diferença existe apenas para... Renato de Mendonça. Exemplos: *necrotério* também se emprega cá na acepção de *morgue*; o mesmo para *vitrina* em relação a *montra*, *moça* a *rapariga*, *latrina* a *retrete*, *tabacaria* a *estanco*, *tigela* a *malga*, etc., etc.

Açougue é arcaico e dialectal em relação a *talho*.

§ 237.—Não me parece que em *ameaça* (< *minacia*) houvesse a aglutinação do artigo. Antenor Nascentes (*Dic. Etim.*, s. v.) tem a mesma doutrina e abona

¹ P. 235 da ed. de 1936.

até com outro exemplo: *abantesma*. Vejam-se mais estes casos: *alevantar*, *aqueixar*, *acabaia*¹. Também se observa neles o mesmo fenómeno?

Julgo que se trata muito simplesmente de *aa* prostéticos.

§ 237.—O «*p*» abranda-se em *b*», apenas quando intervocálico.

§ 270 *c* (p. 184).—A propósito da deslocação do acento em *campa*, *quinta e vinte* s. v. *Boletim de Filologia*, vi.

§ 319.—*Cifra* e *zero* são na verdade divergentes. O A. devia ter apresentado a causa dessa divergência, que afinal é bem simples: a primeira veio-nos directamente do árabe; a segunda pelo francês, que por sua vez a recebeu do italiano.

§ 325.—O francês *chantre* não corresponde ao lat. *cantore*, mas sim ao respectivo nominativo (*cantor*). O acusativo deu em francês *chanteur*.

§ 359.—Podia ainda dizer que o dual existia em grego.

§ 522.—Não é necessário apresentar um hipotético *dao* para explicar o port. *dou*. O próprio lat. *dō* é suficiente.

§ 523.—O mesmo para **stao*; *stō* basta. Neste ponto o A. seguiu, sem indicar a fonte, muito de perto a doutrina de Grandgent (*Latino Volgare*, § 397), depois reproduzida por Savi-Lopez (*Orígenes Leo-Latinos*, p. 137 da ed. *Labor*).

§ 565.—Há por aí quem defenda mais ou menos parcialmente que certa especialidade é que deve constituir a base do bom filólogo. Eu não sei ao certo o que é que entendem por um *bom filólogo*, mas para mim um *bom filólogo* é o que sabe lidar bem com a Filologia. Para saber manejar a Filologia (na minha fraca e ainda por cima desautorizada opinião) é conhecer o método filológico, saber manejá-lo e utilizar com o devido senso um sem número de conhecimentos vários que constituem os reagentes com que se provam os materiais em estudo.

Mas infelizmente cada qual «puxa a brasa à sua sardinha» e com ela faz uma das mais estúpidas políticas partidaristas.

Assim nada se conseguirá, é necessário que nos convençamos disso.

Aparecerão muitos trabalhos que serão óptimos dentro do capítulo especialidade, mas fora disso para nada servem.

Por isso ainda hoje se está à espera de trabalhos sistemáticos. Ainda não apareceram, nem há esperanças de aparecerem nestes tempos mais chegados.

Há uma obra que mesmo dentro da especialidade é necessário realizar e quanto antes: a revisão de *tudo* o que se tem escrito.

Muito há a rever, a emendar, a deitar fora.

Muito há também a aproveitar.

Êste longo arrazoado foi motivado por um facto que acabo de encontrar neste parágrafo dos *Pontos* do prof. Coutinho.

Eis o passo: «Às vezes também o til se acha deslocado para a outra vogal: *boã* = *bõa*».

A Paleografia é sem dúvida nenhuma uma das ciências auxiliares a que os filólogos portugueses têm votado o mais comprometedor dos desprezos.

Não há infelizmente em Portugal o ambiente necessário para se criar uma escola paleográfica, com que os estudos históricos, jurídicos e filológicos bastante lucravam.

¹ «Deu elrey a Xpovão de Figueyredo em se despedimdo delle hũa *acabaya* de brocado...», *Cron. dos Reis da Bisnaya*, p. 93.

Mas não. Uns não têm tendência para tais estudos; outros olham-nos altivamente, considerando os que a tal se dedicam mentalidades infracomuns.

A culpa do êrro, talvez comezinho, daquele passo não é evidentemente do prof. Coutinho; é, sem dúvida, dos que se abalançam a publicar textos arcaicos sem possuírem cabedais para tal e sobretudo dos que deixam passar os dislates nêles contidos.

Se já pertencesse ao número dos elementares conhecimentos dos paleógrafos e filólogos portugueses que na presença de um ditongo nasal decrescente na transcrição nunca se coloca o til sôbre a segunda vogal, mas sim sôbre a primeira, já o prof. Coutinho não teria afirmado o que afirmou.

Que isto sirva de exemplo a todos os estudiosos e que meditem durante cinco minutos no que eu escrevi mais acima. Se todos o fizerem estou convencido de que dentro de breve tempo teremos em Portugal uma Filologia séria, científica, digna do século em que vivemos, porque assentará em bases sólidas.

Será a mais espantosa das revoluções científicas do nosso País e com ela muito se luerará.

Muitos ídolos irão abaixo, mas caem porque os seus pés são de barro.

Em breve escreverei um pouco mais pormenorizadamente sôbre o assunto.

Por ora continuemos.

§ 566.—

b.—O aparecimento do *b* nos documentos medievais em palavras como *aber* = *haver* não se explica «por influêcia do latim ou por influêcia espanhola», mas sim do dialecto que o escriba falava.

É uma particularidade vulgaríssima dos nossos textos jurídicos medievais.

w.—Êste fonema não «substituiu com frequêcia (*sic*) os dois *ss*: *dixce* = *disse*», a articulação dêstes é que era semelhante à daquele.

cz.—Podia empregar-se no início e no meio das palavras em lugar do *ç*: *zapateiro* = *çapateiro*, *zafar* = *çafar*...».

Isto acontecia geralmente só nos documentos redigidos em latim bárbaro.

A *bibliografia* é preciosa; abundante não só em obras portuguesas e brasileiras, mas principalmente em estrangeiras.

Uma pergunta: ¿porque não aparece lá nem ao menos a indicação de uma do prof. Dr. David Lopes?

O A. com certeza de alguma se utilizou na composição do seu trabalho.

Em resumo: os *Pontos da Gramática Histórica* do prof. Ismael de Lima Coutinho devem ser lidos por todos.

O seu A. é pessoa de elevada cultura e de grande capacidade de síntese, o que é raro nos estudiosos dêste género. Pena é que a sua largueza de vistas (com a qual, como disse, concordo em absoluto) não esteja ainda suficientemente espalhada no Brasil e em Portugal e que a sua actividade escolar não lhe permitisse o aperfeiçoamento de certas deficiências, como repetições, deslizes doutrínarios, etc.

O prof. Coutinho parece-me que é daqueles estudiosos de quem muito esperamos. Não deve pertencer ao número daqueles a que me referi nas considerações ao § 565 da sua obra.

Se se contar com mais alguns nas suas condições (por poucos que sejam) em breve alguma cousa se fará de novo.

Uma última impressão sobre os *Pontos*: parece-me que seria necessário olhar com um pouco mais de atenção para o português arcaico, não só sob os pontos de vista fonético, morfológico e sintático, mas em especial para o ortográfico.

Agosto de 1939.

JOSÉ PEDRO MACHADO

EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press. Oxford: Humphey Milford: Oxford University Press. 1938.

O Livro do Prof. Williams é um trabalho honesto e erudito que decerto chamará ainda mais a atenção dos estudiosos dos Estados-Unidos e da Inglaterra para a Filologia Portuguesa.

Edwin Williams não é um desconhecido para os portugueses e ainda menos para os leitores do *Boletim de Filologia*, pois já honrou estas colunas com a sua sábia colaboração¹.

From Latin to Portuguese e o *Altportugiesisches Elementarbuch*² de Josef Huber são sem dúvida os melhores trabalhos que até hoje se têm escrito lá fora sobre a nossa língua.

Sob o ponto de vista doutrinário a obra do Prof. Williams não tem erros graves que nos possam levar a condená-la, visto que ela muito pouco nos traz de novo.

Tem na verdade algumas pequenas cousas que merecem reparos, mas, como são poucas, não chegam para lhe tirar o seu real merecimento.

São apenas algumas dessas pequenas cousas que vou passar a comentar; não é de tôdas porque para umas falta-me *engenho* e *arte*, para outras julguei não merecer a pena fazer referências especiais e outras finalmente escaparam-me,

*

§ 1. Também são de bastante utilidade para o conhecimento do latim vulgar as observações dos gramáticos latinos («*rius non riuus*», no *Appendix* de Probo) e alguns *descuidos* dos canteiros que executaram certos monumentos epigráficos que ainda hoje existem³.

§ 16, 3. Não compreendo nem concordo que o *Romanço Moçarábico* «was entirely free of Germanic influence». ¿Como se pode demonstrar tal afirmação?

«Após a chegada dos Árabes (século VIII), e durante a sua denominação no Sul até o século XIII, a língua que antes dêles aí se falava não desapareceu»

¹ *Uma carta a propósito do ditongo «-ão»*, t. V, p. 196, e as referências do Prof. RODRIGUES LAPA no t. I, p. 163, e III, p. 331.

² Heidelberg. Carl Winters, 193.

³ Cf. esta curiosa inscrição: «HOC TETOLO FECET MUNTANA || CONIVS SVA MAVRICIO QVI VI || SIT CON ELO ANNVS DODECE || ET PORTAVIT ANNOS QVARRANTA || TRASIT...», *Da Hist. de la lang. Franç.*, de F. BRUNOT, I, p. 42, nota 1.